DocuSign Envelope ID: 35CC253A-038A-4BED-A200-8ED65DD6B66C

Chapada do Piauí I Holding S.A. - CNPJ/ME nº 20.512.213/0001-00

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Chapada I" ou "Companhia") apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia que abrangem a Chapada I e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto quando especificado de outra forma. **1. Mensagem da Administração:** A Companhia performou bem no segundo ano da pandemia e, apesar de enfrentar desafios pontuais em suas cadeias de suprimento e na disponibilidade de mão de obra para execução dos trabalhos de manutenção nos parques eólicos, sua operação e resultados financeiros não foram impactados pela evolução da COVID-19 em 2021. Implementamos medidas de proteção para manter nossos parques eólicos livres da doença, incluindo a realização de testagem de nossos funcionários, expansão do benefício de testagem gratuita a familiares e contratados e incentivamos nossa força de trabalho a ser vacinada. O Grupo seguiu bastante ativo neste ano, promovendo melhorias em suas operações e gestão, buscando adotar as melhores práticas do setor. O Centro de Inteligência, responsável pela operação remota dos ativos e suporte de planejamento e engenharia, teve seus processos revistos e foram implantadas as áreas de PCM (Planejamento e Controle da Manutenção) e de Pós-operação. Além disso, os times de O&M lotados no complexo eólico de Chapada I foram reforçados, inclusive com a criação de uma equipe interna para execução de pequenas manutenções corretivas nos aerogeradores. Estas melhorias irão contribuir com o aperfeiçoamento dos resultados operacionais e proporcionar redução de gastos. A disponibilidade temporal anual dos ativos em 2021 foi de 88,5%, enquanto que em 2020 foi de 92,9%. Na mesma linha, a produção de energia elétrica em 2021 foi de 713 GWh, enquanto que no exercício de 2020 foi 726 GWh. Ou seja, houve uma redução em torno de 1,8% na produção. O declínio do valor da produção foi consequência, em parte, de um recurso eólico em menor quantidade do que a esperada e, além disso, as seguintes causas contribuíram para o agravamento da performance: indisponibilidade de guindastes para realização de substituições de componentes principais dos aerogeradores, reparos nas bases dos aerogeradores para correção da compactação do solo, desligamentos para realização de manutenção preventiva anual e instalação de filtros harmônicos na subestação coletora, e também a ocorrência de um acidente fatal na mesma subestação, o que ocasionou o desligamento de parte do complexo eólico por alguns dias. Como consequência dos problemas operacionais, a Receita Líquida da Companhia diminuiu 2,7% em 2021, os custos e despesas também aumentaram por conta dos eventos já mencionados, resultando em um Lucro Operacional de R$ 18.741 em 2021 em comparação a R$ 37.458 realizado em 2020. A administração da Companhia reitera seu compromisso com seu acionista, clientes, parceiros, comunidades onde atua e demais stakeholders e segue confiante na estabilidade e resiliência dos negócios do Grupo e comprometida com a aplicação das melhores práticas de governança e dos valores e princípios do grupo ContourGlobal. **2. Ambiente Macroeconômico:** A economia do Brasil apresentou recuperação em 2021 mesmo frente ao cenário global adverso da pandemia da COVID-19 e rupturas das cadeias de suprimento, e cresceu 4,6%. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é a métrica de inflação que mais afeta os negócios do Grupo e em 2021 registrou uma alta significativa, 10,06% contra 4,5% em 2020, e, como outros índices de inflação, espera-se que continue pressionado em 2022.Diante do cenário inflacionário, o Comitê de Política Monetária elevou a taxa de juros básica diversas vezes durante 2021 com a Meta Selic atingindo 9,25% a.a. em dezembro. Em 2021 também vimos o aquecimento do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego fechando 2021 em 11,1%. O que representa uma queda de 2,1 p.p. comparado com 2020. **3. Ambiente Regulatório:** O ano de 2021 foi bastante desafiador para o setor elétrico que sofreu os efeitos da pandemia da COVID-19, com a redução do consumo de energia decorrente da retração da atividade econômica, e enfrentou uma das piores crises hídricas de sua história, demandando o acionamento da totalidade das usinas termelétricas disponíveis e o aumento da importação de energia visando evitar um novo racionamento de energia como aquele vivenciado no início dos anos 2000. O acionamento das termelétricas implica em custos elevados para o setor elétrico e para o consumidor final de energia e também leva a uma redução de consumo. No entanto, o aumento dos preços de energia no mercado livre e regulado não impactou a margem operacional do Grupo pois seus contratos de compra e venda de energia são de longo prazo com preços reajustados pelo IPCA e sem exposição ao preço de liquidação de diferenças (PLD) do mercado de curto prazo. Quanto aos aspectos legais e regulatórios, o ano de 2021 também teve eventos relevantes. Merecem destaque: (i) a criação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG (vide Medida Provisória nº 1.055/2021), que removeu as limitações de uso de demanda permitindo que nossas usinas eólicas aumentassem sua capacidade de geração no segundo semestre o que beneficiou os parques eólicos do Grupo; (ii) a previsão do fim dos subsídios nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Transmissão e Distribuição para pequenas centrais hidrelétricas e empreendimentos com base em fontes solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada (vide Lei nº 14.120/2021), que afetará apenas novos empreendimentos; e (iii) a regulamentação da implantação de usinas de geração híbridas (vide Resolução Normativa ANEEL nº 954/2021), que abrirá novas oportunidades de negócio. **4. Responsabilidade Social e ambiental:** Desde sua criação, a ContourGlobal tem uma visão única e especial acerca do tema sustentabilidade. A missão da ContourGlobal é desenvolver, adquirir e operar empresas de geração de energia elétrica em todo o mundo, visando melhorar a vida das pessoas ao oferecer eletricidade de forma acessível e confiável, além de promover o crescimento econômico e o bem-estar social através da eliminação da pobreza ao tornar melhores as localidades onde atua. Entendemos que o investimento social cria oportunidades significativas para nossos negócios, fortalecendo o relacionamento com as comunidades, autoridades governamentais e demais stakeholders, melhorando nossa reputação, atraindo novos talentos e expandindo nossos negócios. Os princípios e valores da ContourGlobal, devidamente aderidos e internalizados pela Companhia, foram definidos com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos (POs) da Organização das Nações Unidas (ONU), estando estes refletidos em todos os projetos sociais desenvolvidos pelo Grupo. Dessa forma, a Companhia adotou um conjunto abrangente de princípios sociais e ambientais como diretrizes para garantir que seus projetos sociais sejam desenvolvidos de forma responsável e reflitam práticas sólidas de gestão social e ambiental. Em tudo o que faz, a Companhia está comprometida em evitar impactos adversos aos trabalhadores, comunidades e meio ambiente. A Companhia acredita que a adoção e a adesão a estes princípios oferecem benefícios significativos a nossos clientes, parceiros e às comunidades onde estamos presentes. O ano de 2021 marcou a retomada de diversos projetos sociais que haviam sido suspensos quando o Grupo decidiu direcionar todas suas ações sociais à prevenção e mitigação dos efeitos da pandemia da COVID-19 nas comunidades onde suas plantas eólicas estão inseridas. Desenvolvemos internamente um plano de investimento social com o objetivo garantir a implantação e continuidade de nossos projetos. As ações descritas no referido plano tem como principal foco investimentos em educação, com a retomada da construção da sede da UAB - Universidade Aberta do Brasil, que irá atender 240 alunos; o aprimoramento do centro de inclusão digital com aulas de computação em quatro cidades da região, além de reformas em duas escolas rurais. Ao longo de 2021 e 2020 foram dedicados R$ 655 mil a tais projetos. **5. Desempenho econômico-financeiro:** Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. **Receita Operacional:** A Receita Líquida de R$ 99.205 mil no exercício de 2021 representa uma redução de 2,7% em relação ao ano de 2020. Essa redução decorre, substancialmente, da menor produção de energia em 2021 e da indexação pelo IPCA dos contratos de comercialização de energia, conforme já mencionado nas considerações inicias. Abaixo o quadro com a composição da Receita Líquida.

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta CCEAR	142.833	136.447
Provisão para Ressarcimento	(39.167)	(30.278)
Receita Bruta	**103.666**	**106.169**
Impostos e Encargos	(4.461)	(4.256)
Receita Líquida	**99.205**	**101.913**

Geração Operacional de Caixa: O EBITDA é uma medida não contábil, calculado a partir da soma do lucro líquido (prejuízo) do exercício, impostos, resultado financeiro, depreciação e amortização. O mercado e a Administração utilizam esse indicador de desempenho gerencial para avaliar a performance operacional da Companhia. Abaixo o cálculo do EBITDA de 2021 e 2020.

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(48.698)	(24.997)
Depreciação e amortização	31.936	31.105
Resultado financeiro	64.146	59.301
Imposto de renda e contribuição social	3.292	3.153
EBITDA	**50.676**	**68.562**

A geração de caixa operacional do Grupo, medida pelo EBITDA, atingiu R$ 50.676 mil em 2021 que representa uma redução de 26,1% quando comparado com o exercício de 2020 devido principalmente a redução da receita líquida e o aumento no custo do serviço de energia elétrica, impactados pelos eventos mencionados anteriormente. **Resultado financeiro:** Em decorrência da maior correção monetária pelo IPCA da provisão de ressarcimento e custos associados a dívida com o BNDES e Debêntures, a Companhia apresentou no exercício de 2021 resultado financeiro negativo de R$ 64.146 mil, representando um aumento de 8,2% se comparado ao ano de 2020. **Resultado do exercício:** Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apurou um prejuízo de R$ 48.698 mil em comparação com prejuízo do exercício de 2020 de R$ 24.997 mil, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receita líquida de vendas			**99.205**	**101.913**
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão			(5.603)	(5.359)
Energia elétrica comprada para revenda			(41)	(124)
Custo de operação			(59.250)	(48.608)
Lucro Bruto			**34.311**	**47.822**
Despesa gerais e administrativas	(139)	(200)	(15.570)	(10.364)
Resultado com participações societárias	(30.176)	(8.192)		
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**(30.315)**	**(8.392)**	**18.741**	**37.458**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	43.600	41.741	3.926	1.840
Despesas financeiras	(61.673)	(58.034)	(68.072)	(61.141)
	(18.073)	**(16.293)**	**(64.146)**	**(59.301)**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(48.388)**	**(24.685)**	**(45.405)**	**(21.843)**
Imposto de renda e contribuição social			(3.293)	(3.154)
Prejuízo do exercício	**(48.388)**	**(24.685)**	**(48.698)**	**(24.997)**

Endividamento: Em 31 de dezembro de 2021, a posição da dívida do Grupo é de R$ 579.378 mil que representa uma redução de 3,4% em relação ao exercício de 2020 cuja dívida total era de R$ 599.475 mil.

	Controladora e Consolidado 31/12/2021	Controladora e Consolidado 31/12/2020
Circulante		
Financiamentos	33.445	30.101
Debêntures	106.172	96.462
	139.617	126.563
Não circulante		
Financiamentos	439.761	472.912
	579.378	**599.475**

6. Auditores Independentes: A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas com honorários de auditoria totalizaram o montante de R$ 430 mil. Em 31 de dezembro de 2020, os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de R$ 466 mil. **7. Impactos da pandemia (COVID-19):** Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela OMS quanto ao rápido aumento dos casos de doenças relacionados ao novo Coronavírus (Sars-CoV-2). A Companhia vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas operações, e vem seguindo as recomendações dos órgãos governamentais, buscando preservar seus empregados e colaboradores, evitando a propagação da doença. Devido à imprevisibilidade da evolução da pandemia não é possível determinar com exatidão os cenários que poderão se materializar nos próximos meses nas operações da Companhia. **8. Agradecimentos:** Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Balanço Patrimonial

Ativo	Notas	Controladora 31/12/2021	Controladora Reapresentado Nota 2.1.1 (a) 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado Reapresentado Nota 2.1.1 (a) 31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	29.258	44.004	54.849	68.034
Contas a receber	7			12.650	11.813
Estoque	8			3.026	2.410
Tributos a recuperar	9	1.029	979	4.628	3.351
Partes relacionadas	10	81.460	77.834	2.323	2.530
Despesas antecipadas	11	752	1.283	769	1.299
Outras contas a receber	12	1	1	3.885	9.983
Total do ativo circulante		**112.500**	**124.101**	**82.130**	**99.420**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	10	268.884	309.128		
Depósitos judiciais				657	526
Depósitos vinculados a financiamentos	13	35.253	33.991	35.253	33.991
Despesas antecipadas	11		743		743
Impostos diferidos	14			3.359	2.154
Tributos a recuperar	9			1.211	936
		304.137	**343.862**	**40.480**	**38.350**
Investimentos	15	242.669	262.845		
Ativo direito de Uso	16			335	
Imobilizado	17			678 .800	696.302
Intangível	18			987	1.048
Total do ativo não Circulante		**546.806**	**606.707**	**720.602**	**735.700**
Total do ativo		**659.306**	**730.808**	**802.732**	**835.120**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 31/12/2021	Controladora Reapresentado Nota 2.1.1 (a) 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado Reapresentado Nota 2.1.1 (a) 31/12/2020
Circulante					
Fornecedores	19	302	8	3.853	10.739
Financiamentos e debêntures	20	139.617	126.563	139.617	126.563
Obrigações trabalhistas				457	432
Tributos a pagar	21	197	167	2.932	3.103
Passivo de arrendamento	16			74	
Partes relacionadas	10	3	1	866	957
Provisão de ressarcimento	22			87.707	53.797
Provisão fianças bancárias	22	32	3.357	32	3.357
Total do passivo circulante		**140.151**	**130.096**	**235.538**	**198.948**
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	20	439.761	472.912	439.761	472.912
Passivo de arrendamento	16			324	
Partes relacionadas	10		18		403
Provisão de ressarcimento	22			33.184	22.928
Provisão de desmobilização	22			10.336	7.642
		439.761	**472.930**	**483.605**	**503.885**
Total do passivo		**579.912**	**603.026**	**719.143**	**702.833**
Patrimônio líquido					
Capital social	23	323.174	323.174	323.174	323.174
Prejuízos acumulados		(243.780)	(195.392)	(239.585)	(190.887)
Total do patrimônio líquido		**79.394**	**127.782**	**83.589**	**132.287**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**659.306**	**730.808**	**802.732**	**835.120**

Demonstrações do resultado

	Notas	Controladora 31/12/2021	Controladora Reapresentado Nota 2.1.1 (a) 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado Reapresentado Nota 2.1.1 (a) 31/12/2020
Receita líquida de vendas	24			**99.205**	**101.913**
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	25			(5.603)	(5.359)
Energia elétrica comprada para revenda	25			(41)	(124)
Custo de operação	26			(59.250)	(48.608)
Lucro Bruto				**34.311**	**47.822**
Despesa gerais e administrativas	27	(139)	(200)	(15.570)	(10.364)
Resultado com participações societárias	15	(30.176)	(8.192)		
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**(30.315)**	**(8.392)**	**18.741**	**37.458**
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		43.600	41.741	3.926	1.840
Despesas financeiras		(61.673)	(58.034)	(68.072)	(61.141)
		(18.073)	**(16.293)**	**(64.146)**	**(59.301)**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(48.388)**	**(24.685)**	**(45.405)**	**(21.843)**
Imposto de renda e contribuição social	29			(3.293)	(3.154)
Prejuízo do exercício (*)		**(48.388)**	**(24.685)**	**(48.698)**	**(24.997)**
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R$				**(0,15)**	**(0,09)**

(*) A diferença entre o resultado líquido da controladora e do consolidado refere-se à capitalização dos encargos financeiros de financiamentos que foram constituídos na controladora em 2015, e os recursos foram aplicados no ativo imobilizado no consolidado em aplicação às normas contábeis conforme CPC 20. Em 31 de dezembro de 2021, a diferença refere-se ao resultado da depreciação dos custos capitalizados ao ativo imobilizado.

Demonstração dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora 31/12/2021	Controladora Reapresentado Nota 2.1.1 (a) 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado Reapresentado Nota 2.1.1 (a) 31/12/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(48.388)	(24.685)	(45.405)	(21.843)
Ajustes de receitas e despesas				
Depreciação e amortização			31.894	31.105
Baixa de imobilizado			6.055	875
Depreciação de ativo de direito de uso			42	
Juros passivo de arrendamento			50	
Juros, variações monetárias e cambiais	52.824	48.900	52.824	48.900
Juros partes relacionadas	(40.480)	(40.490)		
Resultado com participações societárias	30.176	8.192		
Provisão e atualização financeira do ressarcimento			44.166	32.070
Atualização financeira provisão de desmobilização			831	757
Impostos diferidos			(1.205)	(1.139)
Provisão fianças bancárias	(3.325)	(2.773)	(3.325)	(2.773)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber			(837)	(194)
Estoque			(616)	(353)
Tributos a recuperar	(50)	130	(1.552)	(1.222)
Partes relacionadas	(15)	19	(287)	(775)
Outras contas a receber		(1)	6.097	(6.707)
Despesas antecipadas	1.274	(975)	1.273	(553)
Depósitos judiciais			(131)	(457)
Fornecedores	294	(1.392)	(6.886)	808
Obrigações trabalhistas			25	(58)
Tributos a pagar	30	11	(352)	480
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(7.660)**	**(13.064)**	**82.661**	**78.921**
Juros pagos de financiamentos e debêntures	(41.722)	(44.045)	(41.722)	(44.045)
Juros recebidos partes relacionadas cessão de recebíveis	36.853	40.490		
Imposto de renda e contribuição social pagos			(3.111)	(3.035)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(12.529)**	**(16.619)**	**37.828**	**31.841**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Investimento em controladas	(10.000)	(36.000)		
Aquisições de bens do ativo imobilizado			(18.523)	(21.199)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(10.000)**	**(36.000)**	**(18.523)**	**(21.199)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de financiamentos e debêntures	(31.199)	(29.121)	(31.199)	(29.121)
Pagamento de passivo de arrendamento			(29)	
Depósitos vinculados a financiamentos	(1.262)	(32)	(1.262)	(32)
Recebimento de partes relacionadas - cessão de recebíveis	40.244	44.215		
Aumento de capital		35.000		35.000
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**7.783**	**50.062**	**(32.490)**	**5.847**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(14.746)	(2.557)	(13.185)	16.489
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do período (Nota 6)	**44.004**	**46.561**	**68.034**	**51.545**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 6)	**29.258**	**44.004**	**54.849**	**68.034**

Notas explicativas

1. Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), tem sede no Estado de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social participar, como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimento cujo objeto social seja relacionado a geração e comercialização de energia elétrica, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas cujo capital participar, em especial no que se refere à estruturação, desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica. Os acionistas atuais da Companhia são Contour Global do Brasil Holding Ltda. e Centrais Elétricas Brasileiras S.A., com as seguintes participações 51% e 49%, respectivamente. As atividades da Companhia e suas controladas ("Grupo"), são reguladas e fiscalizadas pela agência Nacional de Energia Elétrica("ANEEL"). O Grupo possuí outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

SPE	Portaria MME
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 122, de 24 de março de 2014
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 106, de 18 de março de 2014
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 102, de 12 de março de 2014
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 119, de 24 de março de 2014
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 107, de 18 de março de 2014
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 121, de 24 de março de 2014
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 105, de 18 de março de 2014

Com as seguintes características:

Eolica	Estado	Cidade	Capacidade instalada MW	Energia Assegurada por MWh/Ano	Inicio	Termino
Santa Joana IX	Piauí	Marcôlandia	29,60	138.408	Setembro de 2015	Agosto de 2035
Santa Joana X	Piauí	Marcôlandia	29,60	140.160	Setembro de 2015	Agosto de 2035
Santa Joana XI	Piauí	Marcôlandia, Padre Marcos	29,60	140.160	Setembro de 2015	Agosto de 2035
Santa Joana XII	Piauí	Simões	28,90	148.044	Setembro de 2015	Agosto de 2035
Santa Joana XIII	Piauí	Marcôlandia	29,60	140.160	Setembro de 2015	Agosto de 2035
Santa Joana XV	Piauí	Marcôlandia, Simões	28,90	141.912	Setembro de 2015	Agosto de 2035
Santa Joana XVI	Piauí	Marcôlandia	28,90	152.424	Setembro de 2015	Agosto de 2035
Complexo Chapada do Piauí I			**205,10**	**1.001.268**		

1.2 Principais eventos ocorridos no exercício: (a) Integralização de capital nas controladas: Em 2021 foram realizados os seguintes aumentos de capital nas investidas da Companhia:

	Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	Total
Capital integralizado	5.000	2.000	3.000	**10.000**

(b) Impactos da COVID-19: Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, o Grupo informa que, de acordo com Comitê de acompanhamento desta pandemia, vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos nossos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e garantir a continuidade das operações e dos negócios. Neste cenário, o Grupo avaliou as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras: **(i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos da COVID-19:** O Grupo avaliou a posição das suas contas a receber em 31 de dezembro de 2021, e não há evidências de créditos cuja recuperação não seja considerada provável. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis do Grupo, e na avaliação da situação financeiras dos credores no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **(ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** O Grupo avaliou o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis e não identificou impactos devido à COVID-19. **(iii) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores:** O Grupo avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento de fornecedores e clientes, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas. **(iv) Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas "*covenants*".** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Grupo avaliou os *covenants* contidos em seus contratos de dívida, e concluiu que não teve impacto nos índices devido à COVID-19. Por fim, até o presente momento, o Grupo não teve impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19. Entretanto, a Companhia está exposta a riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos colaboradores e terceiros, bem como estamos sujeitos à eventuais restrições legais que possam ser impostas como decorrência da COVID-19, não é possível assegurar que não seremos impactados em nossas operações ou se nosso resultado será afetado por reflexos futuros que a nova pandemia poderá provocar. **1.3 Situação financeira:** O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço em 31 de dezembro de 2021 da controladora R$ 26.722 (R$ 5.480 em 31 de dezembro de 2020) e no consolidado R$ 152.621 (R$ 98.547 em 31 de dezembro de 2020), decorre substancialmente do passivo circulante dos Financiamentos e debêntures e provisões de ressarcimento, cujo ciclo de pagamento das obrigações será diluído no decorrer de 12 meses. A administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a continuidade operacional em razão da geração de caixa por meio de recursos oriundos das atividades operacionais do grupo conforme denota o fluxo de caixa, renegociação das dívidas e eventuais aportes de capital pelos acionistas conforme previsto no orçamento de caixa do Grupo. **1.4 Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 07 de abril de 2022. **2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1 Base de preparação: (a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar, sob esse aspecto, ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível os acionistas da Controladora. As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. **2.1.1 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão relacionadas abaixo. **Controladas:** As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, abaixo a relação das controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Controladas	Percentual do capital total 2020	Percentual do capital total 2019	Localização	Atividade Principal
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	100%	100%	Piauí	Geração de energia elétrica

(a) Reapresentação das cifras comparativas: Para melhor apresentação das cifras comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo está reapresentando os saldos do complexo de Chapada do Piauí I, para contemplar: (i) Os ajustes retroativos decorrentes das atualizações financeiras da provisão de ressarcimento despacho 2.303/2019 nas investidas (Nota 22), a qual não foi considerada na base de cálculo da provisão de ressarcimento à época no montante de R$ 1.792. (ii) Reclassificação dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido apurado sobre a provisão de ressarcimento que estavam classificados na rubrica de tributos a recuperar no grupo de ativo circulante e não circulante e foram reclassificados para a rubrica de impostos diferidos no ativo não circulante no montante de R$ 2.154. (iii) Reclassificação dos montantes relativos a estoques de materiais de manutenção que foram classificados indevidamente como ativo imobilizado no montante de R$ 2.410. (iv) Reconhecimento dos custos de arrendamentos das terras no resultado do exercício, pois no entendimento inicial do Grupo, a fração do valor do arrendamento calculada sobre os valores não descontados da provisão de ressarcimento referente ao Despacho nº 2.303/2019 (Nota 22) não deveria ser apropriada ao resultado até o efetivo desconto do ressarcimento, porém, esse entendimento foi reavaliado e o Grupo concluiu que os valores deveriam ter sido reconhecidos no resultado conforme as premissas de cálculo dos contratos de arrendamento, dessa forma, os valores que estavam classificados como despesas antecipadas no montante de R$ 608 foram apropriados no resultado de 2020. (v) Reclassificação do valor referente a encargos sobre concessão que estavam alocados como encargos do sistema de uso de conexão e transmissão e foram reclassificados para a rubrica de receita líquidas de vendas por se tratar de uma dedução da receita bruta no montante de R$ 630. (vi) Reclassificação dos montantes relativos a despesas gerais e administrativas relativas substancialmente a prestações de serviços que estavam indevidamente alocadas como custo de operação e despesas financeiras no montante de R$ 3.498. (vii) Ajuste dos saldos de dividendos a receber da Companhia no montante de R$ 142 relativos a reapresentação do resultado do exercício de 2020 das controladas Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A. oriundos efeitos dos ajustes conforme itens (i) e (iv) acima. (viii) Reclassificação dos custos de colocação do curto prazo para o longo prazo no grupo de financiamentos e debêntures no montante de R$ 373. O impacto dessa reapresentação na controladora e consolidado está demostrado como segue:

Balanço Patrimonial - 31.12.2020

Ativo	Controladora Originalmente publicado	Controladora Ajustes	Controladora Reapresentação	Consolidado Originalmente publicado	Consolidado Ajustes	Consolidado Reapresentação
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	44.004		44.004	68.034		68.034
Contas a receber				11.813		11.813
Estoque					2.410	2.410
Tributos a recuperar	979		979	4.836	(1.485)	3.351
Partes relacionadas	77.976	(142)	77.834	2.530		2.530
Despesas antecipadas	1.283		1.283	1.907	(608)	1.299
Outras contas a receber	1		1	9.983		9.983
Total do ativo circulante	**124.243**	**(142)**	**124.101**	**99.103**	**317**	**99.420**
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Partes relacionadas	309.128		309.128	

DocuSign Envelope ID: 35CC253A-038A-4BED-A200-8ED65DD6B66C

Continuação ➤

impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	29.258	44.004	54.849	68.034
Contas a receber (nota 7)			12.650	11.813
Partes relacionadas (nota 10)	350.344	387.104	2.323	2.530
Depósitos vinculados a financiamentos (nota 13)	35.253	33.991	35.253	33.991
Ao custo amortizado	**414.855**	**465.099**	**105.075**	**116.368**

Passivos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Financiamentos e debêntures (nota 20)	579.378	599.475	623.741	579.452
Partes relacionadas (nota 10)	3	19	866	1.360
Fornecedores e outras obrigações (i)	334	3.365	135.112	98.463
Ao custo amortizado	**579.715**	**602.859**	**759.719**	**679.275**

(i) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores e outras obrigações, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros. O valor justo da parte dos financiamentos classificados no passivo circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante e o valor justo dos financiamentos classificados no passivo não circulante também não diferem significativamente dos valores contábeis considerando que os principais financiamentos têm taxas pós-fixadas. **6. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Recursos em banco e em caixa	4.015	8.427	16.804	9.551
Recursos em aplicações financeiras	25.243	35.577	38.045	58.483
	29.258	**44.004**	**54.849**	**68.034**

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 referiam-se a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) com liquidez imediata. **7. Contas a receber: Política contábil:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"). A administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a administração não julgou necessário o reconhecimento de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes, conforme estabelecido pelo CPC48 – Instrumentos Financeiros. **Composição:** Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de contas a receber é de R$ 12.650 (R$ 11.813 em 31 de dezembro 2020) no consolidado. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não haviam títulos vencidos no contas a receber. **8. Estoques: Política contábil:** Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades dos parques eólicos. Os estoques são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente revalorizados com base no custo médio. Quando é feita a baixa de um item de estoque, seja para o uso na manutenção do parque eólico ou para reposição de peças que compõem um ativo imobilizado, o respectivo item é baixado pelo seu valor de custo médio, tendo como contrapartida a rubrica de custo de manutenção no resultado ou o ativo imobilizado. **Composição:** Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de estoques no consolidado é de R$ 3.026 (R$ 2.410 em 31 de dezembro 2020). **9. Tributos a recuperar: Política contábil:** Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente por: IRRF – imposto de renda retido na fonte, PIS e COFINS sobre ressarcimento.

Composição:

	Controladora		Consolidado	Reapresentado (Nota 2.1.1 (a))
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				
IRRF sobre aplicações financeiras	1.029	979	1.203	1.044
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)			2.953	1.798
ICMS			75	126
Outros (ii)			397	383
	1.029	**979**	**4.628**	**3.351**
Não circulante				
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)			1.211	936
			1.211	936
Total de tributos a recuperar	**1.029**	**979**	**5.839**	**4.287**

(i) PIS, COFINS, sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos. (ii) Composto principalmente por retenção de PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e ISS. **10. Partes relacionadas: Política contábil:** As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, coligadas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo realiza contratos com partes relacionadas (coligadas, controladas e acionistas), relativos às transações apresentadas no quadro a seguir.

Empresas	Cessão de recebíveis	Ativo circulante Dividendos a Receber	Ativo não circulante Cessão de recebíveis	Passivo circulante Compartilhamento de custo	Passivo não circulante Compartilhamento de custo	Controladora Demonstração de resultado Receita financeira de cessão de recebíveis
Contour Global do Brasil Participações S.A.				3		
Ventos de Santa Joana IX Energias Renovaveis S.A.	9.495		32.575			5.350
Ventos de Santa Joana X Energias Renovaveis S.A.	8.904	987	30.393			5.512
Ventos de Santa Joana XI Energias Renovaveis S.A.	8.874	328	30.219			5.714
Ventos de Santa Joana XII Energias Renovaveis S.A.	12.525	475	43.256			6.198
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renovaveis S.A.	9.891	758	33.987			5.431
Ventos de Santa Joana XV Energias Renovaveis S.A.	16.028	348	55.953			6.077
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renovaveis S.A.	12.316	531	42.501			6.198
31 de dezembro de 2021	**78.033**	**3.427**	**268.884**	**3**		**40.480**
Contour Global do Brasil Holding Ltda.				1	18	
Ventos de Santa Joana IX Energias Renovaveis S.A.	9.101		37.808			5.366
Ventos de Santa Joana X Energias Renovaveis S.A.	8.592	989	35.692			5.522
Ventos de Santa Joana XI Energias Renovaveis S.A.	8.586	328	35.674			5.717
Ventos de Santa Joana XII Energias Renovaveis S.A.	11.910	475	49.478			6.186
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renovaveis S.A.	9.465	758	39.326			5.444
Ventos de Santa Joana XV Energias Renovaveis S.A.	15.030	348	62.447			6.069
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renovaveis S.A.	11.722	530	48.703			6.186
31 de dezembro de 2020	**74.406**	**3.428**	**309.128**	**1**	**18**	**40.490**

	Saldo Inicial	Resultado	Juros - cessão	Dividendos	Liquidação Principal	Liquidação Encargos	Transferência	Controladora Saldo Final
31 de dezembro de 2021								
Ativo circulante								
Cessão de recebíveis	74.406		40.480		(40.244)	(36.853)	40.244	78.033
Dividendos a receber	3.427							3.427
	77.833		**40.480**		**(40.244)**	**(36.853)**	**40.244**	**81.460**
Ativo não circulante								
Cessão de recebíveis	309.128						(40.244)	268.884
	309.128						**(40.244)**	**268.884**
Passivo circulante								
Compartilhamento de custo	1	32			(30)			3
	1	**32**			**(30)**			**3**
Passivo não circulante								
Compartilhamento de custo	18	(18)						
	18	**(18)**						
31 de dezembro de 2020								
Ativo circulante								
Cessão de recebíveis	74.406		40.490		(44.215)	(40.490)	44.215	74.406
Dividendos a receber	3.365			62				3.427
	77.771		**40.490**	**62**	**(44.215)**	**(40.490)**	**44.215**	**77.833**
Ativo não circulante								
Cessão de recebíveis	353.343						(44.215)	309.128
	353.343						**(44.215)**	**309.128**
Passivo circulante								
Compartilhamento de custo		1						1
		1						**1**
Passivo não circulante								
Compartilhamento de custo		18						18
		18						**18**

Empresas	Consolidado Ativo circulante Compartilhamento de custo	Passivo circulante Compartilhamento de custo	Passivo não circulante Compartilhamento de custo	Demonstração de resultado Despesa de compartilhamento de custo
Contour Global do Brasil Holding Ltda.		853		(4.284)
Asa Branca VII Energias Renováveis S.A.	20			
Ventos de Santa Joana I Energias Renovaveis S.A.	107			(1)
Ventos de Santa Joana III Energias Renovaveis S.A.	93			(1)
Ventos de Santa Joana IV Energias Renovaveis S.A.	136			(1)
Ventos de Santa Joana V Energias Renovaveis S.A.	280	10		(1)
Ventos de Santa Joana VII Energias Renovaveis S.A.	1.414			(1)
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renovaveis S.A.	91			(1)
Ventos de Santo Augusto III Energias Renovaveis S.A.	89			(1)
Ventos de Santo Augusto V Energias Renovaveis S.A.	89			(1)
Chapada do Piauí II Holding S.A.	4			
Contour Global do Brasil Participações S.A.		3		
31 de dezembro de 2021	**2.323**	**866**		**(4.292)**
Contour Global do Brasil Holding Ltda.		957	403	(4.338)
Ventos de Santa Joana I Energias Renovaveis S.A.	252			
Ventos de Santa Joana III Energias Renovaveis S.A.	388			
Ventos de Santa Joana IV Energias Renovaveis S.A.	57			
Ventos de Santa Joana V Energias Renovaveis S.A.	220			
Ventos de Santa Joana VII Energias Renovaveis S.A.	1.335			
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renovaveis S.A.	254			
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renovaveis S.A.	12			
Ventos de Santo Augusto V Energias Renovaveis S.A.	12			
31 de dezembro de 2020	**2.530**	**957**	**403**	**(4.338)**

	Saldo Inicial	Consolidado Compartilhamento de custo	Resultado	Liquidação Principal	Transferência	Saldo Final
31 de dezembro de 2021						
Ativo circulante						
Compartilhamento de custo	2.530		1.840	(2.047)		2.323
	2.530		**1.840**	**(2.047)**		**2.323**
Passivo circulante						
Compartilhamento de custo	957	4.323	512	(5.096)	170	866
	957	**4.323**	**512**	**(5.096)**	**170**	**866**
Passivo não circulante						
Compartilhamento de custo	403	(30)	(203)		(170)	
	403	**(30)**	**(203)**		**(170)**	
31 de dezembro de 2020						
Ativo circulante						
Compartilhamento de custo	2.786		1.949	(2.205)		2.530
	2.786		**1.949**	**(2.205)**		**2.530**
Passivo circulante						
Compartilhamento de custo	2.391	4.259	1.263	(6.956)		957
	2.391	**4.259**	**1.263**	**(6.956)**		**957**
Passivo não circulante						
Compartilhamento de custo		79	324			403
		79	**324**			**403**

i) Cessão de recebíveis: Para viabilizar a implantação do parque eólico, a Companhia obteve junto ao BNDES financiamentos e aportou os recursos nas Controladas através do contrato de Cessão de Recebíveis, que assegura o fluxo de recursos do financiamento junto ao BNDES. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios (cessão de recebíveis) com suas controladas, com vencimento em 2032 e utilizando uma taxa média de 6,25% ao ano. O contrato de cessão de recebíveis foi celebrado entre a Companhia e suas controladas no dia 4 de fevereiro de 2015. **ii) Compartilhamento de custos e despesas:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o grupo mantinha contratos de compartilhamentos de custos com partes relacionadas, a saber: **a) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Chapadas:** O grupo mantém contrato de compartilhamento de custos e despesas entre as empresas do complexo de Chapada do Piauí I, Chapada do Piauí II e Chapada do Piauí III, o qual tem por objeto compartilhar entre as empresas custos e despesas que venham a incorrer na operação e manutenção dos parques eólicos e que tragam benefícios para as partes envolvidas. O rateio é realizado com base na potência instalada de cada usina. **b) Compartilhamento de despesas escritório de São Paulo:** O grupo mantém contrato de compartilhamento de despesas com a Contour Global do Brasil Holding Ltda. que executa toda atividade administrativa com objetivo de compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal e tecnologia da informação incorridas no escritório de São Paulo, as quais são repassadas ao Grupo com base em contrato de compartilhamento de custos nos limites definidos no acordo de acionistas firmado entre as partes em 2013. **c) Compartilhamento de custos e despesas Centro de Inteligência:** Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, o Grupo mantém contrato referente aos custos do centro de inteligência, com a Contour Global do Brasil Holding Ltda.. O centro de inteligência de Natal – RN monitora as operações das usinas eólicas e hidrelétricas do Grupo Contour Global no Brasil, nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas. **iii) Remuneração do pessoal chave da administração:** A Companhia mantém política de remuneração de alta administração. Tais remunerações totalizaram R$ 272 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 196 em 31 de dezembro de 2020). **11. Despesas antecipadas: Política contábil:** As despesas antecipadas são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência. Correspondem principalmente ao reconhecimento de forma linear, durante o prazo do contrato. **Composição:** As despesas antecipadas na controladora em 31 de dezembro de 2021 são de R$ 752 no ativo circulante (R$ 1.283 no ativo circulante e R$ 743 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2020) e no consolidado é de R$ 769 no ativo circulante (R$ 1.299 no ativo circulante e R$ 743 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2020). As despesas antecipadas são compostas substancialmente pelas fianças pagas para renovação das garantias dos financiamentos, apropriadas ao resultado de acordo com o período de competência. **12. Outras contas a receber: Política contábil:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **Composição:** Os saldos das outras contas a receber na controladora em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1 (R$ 1 em 31 de dezembro de 2020) e no consolidado é de R$ 3.885 (R$ 9.983 consolidado em 31 de dezembro de 2020). As outras contas a receber são compostas substancialmente por valores pagos antecipadamente a fornecedores. **13. Depósitos vinculados a financiamentos:** O saldo dos depósitos vinculados é composto pelas contas reservas abaixo mencionadas: **(a) "Conta Reserva do Serviço da Dívida"**: conta corrente de titularidade da Chapada do Piauí I Holding S.A., não movimentável, constituída em benefício do BNDES e dos debenturistas respectivamente, para as quais será transferido das contas centralizadoras, até o último dia da carência, o valor necessário para perfazer o saldo correspondente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, no caso de conta constituída em benefício do BNDES, ou o valor necessário para perfazer o saldo correspondente a 1 (uma) prestação do serviço da dívida futura, que deverá ser preenchida com 6 (seis) meses de antecedência ao seu efetivo pagamento, no caso de conta constituída em benefício dos debenturistas, entendendo-se por prestação do serviço da dívida como a soma da amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrentes do referido contrato. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R$23.500 (R$ 22.768 em 31 de dezembro de 2020). **(b) "Conta Reserva de O&M"**: conta corrente de titularidade da Chapada do Piauí I Holding S.A., não movimentável, cujo saldo deverá perfazer o montante equivalente a ¼ (um quarto) do valor anual de pagamentos que incumba cada uma das SPEs em decorrência dos respectivos contratos de O&M, devendo providenciar-se, a cada 31 de dezembro, para que o saldo corresponda a ¼ (um quarto) do valor de pagamentos previstos para o ano subsequente. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R$2.949 (R$ 2.784 em 31 de dezembro de 2020). **(c) "Conta Reserva Complementação do ICSD"**: Caso, em cada uma das datas de apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), não seja atingido o índice de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (inclusive), mas o ICSD apurado seja superior à 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (exclusive), a emissora deverá depositar na conta de complementação do ICSD, recursos necessários para o cálculo do referido ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da referida data de apuração. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo é de R$8.804 (R$ 8.439 em 31 de dezembro de 2020). Os montantes das contas supracitadas são aplicados em fundos de investimentos pelo banco administrador. A posição do Grupo em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 35.253 (R$ 33.991 em 31 de dezembro de 2020). **14. Impostos diferidos: Política contábil:** Os impostos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a base de cálculo contábil e fiscal oriundas dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota 22) das controladas do Grupo. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. A expectativa de realização dos respectivos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadrienais dos contratos de comercialização de energia (nota 22). **Composição:**

	Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	2.424	1.485
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	935	669
	3.359	**2.154**

Movimentação:

	Consolidado 31/12/2021	31/12/2020
Em 1° de janeiro	2.154	1.015
Despesa da demonstração do resultado	1.205	1.139
	3.359	**2.154**

Em 31 de dezembro de 2021 não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulados nos montantes de R$ 72.656 (R$ 65.288 em 31 de dezembro de 2020), pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores. **15. Investimentos: Política contábil:** Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Composição e movimentação do investimento:**

	Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	Total
01 de janeiro de 2020	**31.676**	**34.053**	**28.960**	**32.812**	**30.375**	**45.690**	**31.534**	**235.100**
Equivalência patrimonial	389	116	(2.315)	(1.629)	145	(2.952)	(1.946)	(8.192)
Integralização de capital empresa	3.200	3.100	3.200	3.000	3.500	5.000	15.000	36.000
Reclassificação equivalência patrimonial controladas	(3)	(5)	(8)	(5)	(5)	30	(4)	
Dividendos mínimos obrigatórios de 2020		(28)			(35)			(63)
31 de dezembro de 2020 - Reapresentado (nota 2.1.1 (a)	**35.262**	**37.236**	**29.837**	**34.178**	**33.980**	**47.768**	**44.584**	**262.845**
Equivalência patrimonial	(2.330)	(3.239)	(3.706)	(5.377)	(2.169)	(7.395)	(5.960)	(30.176)
Integralização de capital empresa				5.000		2.000	3.000	10.000
31 de dezembro de 2021	**32.932**	**33.997**	**26.131**	**33.801**	**31.811**	**42.373**	**41.624**	**242.669**

(b) Resumo das informações financeiras das controladas:

Em 31 de dezembro de 2020	Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.
Balanço Patrimonial resumido							
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	6.399	6.934	7.210	4.323	7.591	24.142	11.406
Ativo não circulante	86.701	88.419	87.878	112.228	89.404	118.832	112.996
Passivo circulante	16.138	18.067	24.365	27.887	19.638	28.390	27.050
Passivo não circulante	41.700	40.050	40.886	54.486	43.377	66.816	52.768
Patrimônio Líquido	34.873	37.121	32.152	35.807	33.836	50.720	46.530
Demonstração do resultado resumida							
Receita líquida de vendas	17.993	18.538	19.220	20.856	18.266	20.447	20.856
Lucro bruto	8.016	7.555	5.458	5.606	7.499	6.445	7.553
Lucro/ (Prejuízo) Líquido	389	115	(2.315)	(1.629)	144	(2.952)	(1.946)
	4.925	5.508	2.008	5.804	4.151	2.663	

Em 31 de dezembro de 2021	Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.
Balanço Patrimonial resumido							
Participação acionária	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Ativo circulante	7.775	8.277	6.645	5.265	8.336	19.616	6.685
Ativo não circulante	83.535	84.597	85.421	111.919	86.361	117.395	111.925
Passivo circulante	19.947	22.491	29.039	33.984	23.251	31.802	28.164
Passivo não circulante	38.431	36.386	36.896	49.399	39.635	62.836	48.822
Patrimônio Líquido	35.262	37.236	29.837	39.178	33.980	49.768	47.584
Demonstração do resultado resumida							
Receita líquida de vendas	18.725	19.292	20.002	21.704	19.009	21.278	21.704
Lucro bruto	5.545	5.198	5.034	4.401	5.687	3.555	5.202
Lucro/ (Prejuízo) Líquido	(2.330)	(3.239)	(3.706)	(5.377)	(2.169)	(7.395)	(5.960)

16. Arrendamentos: Política contábil: A Companhia efetua o arrendamento de veículos onde os valores na data base de 31 de dezembro de 2021 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos veículos cujo prazo é de três anos, considerando uma taxa de inflação de 3,80% ao ano e atualizados a valor presente à uma taxa de desconto de 10,58% ao ano. **(i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

Composição	Consolidado 2021	2020
Ativos de direito de uso		
Veículos	335	
	335	
Passivos de arrendamentos		
Circulante	74	
Não Circulante	324	
	398	

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado: A demonstração do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	Consolidado 2021	2020
Encargos de depreciação dos ativos de uso		
Veículos	(42)	
	(42)	
Despesas com juros	(50)	
	(50)	

(iii) Movimentação: Ativos de direito de uso: A movimentação de saldos do ativos de direito de uso é evidenciada a seguir:

	Consolidado 2021	2020
Saldo em 1º de janeiro		
Adição por novos contratos	377	
Despesa de depreciação	(42)	
Saldo em 31 de dezembro	**335**	

Passivos de arrendamento: As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	Consolidado 2021	2020
Saldo em 1º de janeiro		
Juros provisionados	50	
Adição por novos contratos	377	
Pagamentos	(29)	
Saldo em 31 de dezembro	**398**	

17. Imobilizado: Política contábil: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. As controladas reconhecem uma obrigação (Nota 22) para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado. As taxas de depreciação utilizadas nas controladas da Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa Nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL. **Composição:**

	Consolidado Imobilizado em andamento	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão de desmobilização	Total
	38	**700.576**	**3.345**	**5.231**	**709.190**
Aquisições	5.465	15.734		641	21.840
Baixa Imobilizado		(1.063)		(761)	(1.824)
Depreciação		(30.723)	(133)	(179)	(31.035)
Baixa Depreciação		188			188
Transferência	359	(2.416)			(2.057)
31 de dezembro de 2020 - Reapresentado (nota 2.1.1 (a))	**5.862**	**682.296**	**3.212**	**4.932**	**696.302**
Custo	5.862	850.549	3.910	5.576	865.897
Depreciação acumulada		(168.253)	(698)	(644)	(169.595)
Saldo contábil, líquido	**5.862**	**682.296**	**3.212**	**4.932**	**696.302**
Aquisições	11.876	6.647		1.863	20.386
Baixa Imobilizado		(7.615)			(7.615)
Depreciação		(31.512)	(138)	(183)	(31.833)
Baixa Depreciação		1.560			1.560
Transferência	(16.846)	16.602	244		
31 de dezembro de 2021	**892**	**667.978**	**3.318**	**6.612**	**678.800**
Custo	892	866.183	4.154	7.439	878.668
Depreciação acumulada		(198.205)	(836)	(827)	(199.868)
Saldo contábil, líquido	**892**	**667.978**	**3.318**	**6.612**	**678.800**

(a) Aquisições: As adições ao imobilizado referem-se substancialmente aos investimentos no parque eólico, que consiste na substituição de peças e partes dos Aerogeradores, com o objetivo de aumentar as margens de segurança e eliminar defeitos provenientes de falhas de manufatura. **(b) Bens em garantia:** Conforme contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia dá ao banco a propriedade fiduciária dos aerogeradores, que estão substancialmente alocados na rubrica de máquinas, equipamentos e outros. **(c) Custos com comissão de fiança:** Os custos com comissão de fiança em garantia ao financiamento do BNDES e Debêntures foram capitalizados durante o período de construção do parque eólico. **18. Intangível: Política contábil:** Direito de uso de servidão Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade, como servidões de passagem. Geralmente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à geração de energia na área de concessão do Grupo e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados em 30 anos. ***Softwares***: As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares,* que em geral é de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o exercício de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa

DocuSign Envelope ID: 35CC253A-038A-4BED-A200-8ED65DD6B66C

Continuação ➤

mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(48.698)	(24.997)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	323.174	288.173
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R$	**(0,15)**	**(0,09)**

24. Receita líquida de vendas: Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos ressarcimentos. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e descontadas subsequentemente no exercício seguinte e quadriênio. **Composição:** A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
		Reapresentado (Nota 2.1.1 (a))
	31/12/2021	31/12/2020
Receita de venda energia elétrica	142.833	136.447
Provisão de ressarcimento	(39.167)	(30.278)
Receita gerada	103.666	106.169
(-) Encargos sobre concessão	(677)	(630)
(-) Impostos sobre vendas	(3.784)	(3.626)
Receita líquida	**99.205**	**101.913**

25. Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão, energia elétrica comprada para revenda:

	Consolidado	
		Reapresentado (Nota 2.1.1 (a))
	31/12/2021	31/12/2020
Encargos de transmissão	(5.603)	(5.359)
	(5.603)	**(5.359)**
Energia elétrica comprada para revenda	(41)	(124)
	(41)	**(124)**

26. Custo de operação:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(1.764)	(1.408)
Manutenções	(1.402)	(1.461)
Materiais e serviços de terceiros	(24.148)	(14.634)
Depreciações e amortizações	(31.936)	(31.105)
	(59.250)	**(48.608)**

27. Despesa gerais e administrativas:

	Controladora		Consolidado	
				Reapresentado (nota 2.1.1 (a))
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Seguros			(1.028)	(916)
Comunicações			(292)	(285)
Viagens			(140)	(56)
Despesas Tributárias			(6)	(261)
Outras receitas (despesas) operacionais	(139)	(200)	(853)	551
Serviços de terceiros			(2.783)	(3.651)
Projetos sociais			(121)	(533)
Baixa de imobilizado			(6.055)	(875)
Despesas compartilhados - partes relacionadas			(4.292)	(4.338)
	(139)	**(200)**	**(15.570)**	**(10.364)**

28. Resultado financeiro: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras: As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre financiamentos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem os valores de atualizações financeiras, fianças bancárias, PIS e COFINS sobre receita financeira. **Composição:**

	Controladora		Consolidado	
				Reapresentado (Nota 2.1.1 (a))
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Juros e atualização monetária de financiamentos	(51.892)	(47.836)	(51.892)	(47.836)
Fianças bancárias	(5.410)	(6.157)	(5.410)	(6.157)
Amortização de custos de emissão de dívida (i)	(932)	(1.065)	(932)	(1.065)
PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.027)	(1.942)	(2.027)	(1.942)
Atualização financeira do ressarcimento e desmobilização			(5.830)	(1.912)
Outras despesas financeiras	(1.412)	(1.034)	(1.981)	(2.229)
Despesas financeiras	**(61.673)**	**(58.034)**	**(68.072)**	**(61.141)**
Receitas de aplicação financeira e juros ativo	3.120	1.251	3.926	1.840
Receita financeira de cessão de recebíveis	40.480	40.490		
Receitas financeiras	**43.600**	**41.741**	**3.926**	**1.840**
Resultado financeiro	**(18.073)**	**(16.293)**	**(64.146)**	**(59.301)**

(i) Amortização em virtude das premissas do CPC 20 ao qual permite capitalizar os custos de emissão do serviço da dívida no grupo econômico. **29. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A companhia não possuí impostos diferidos ativos registrados no balanço dado a incerteza da recuperabilidade, pois não há uma previsão de lucros tributáveis futuros, e consequentemente, um "*valuation allowance*" é reconhecido para anular o efeito no balanço. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo contábil antes dos impostos	(48.388)	(24.685)	(45.405)	(21.843)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	**16.452**	**8.394**	**15.438**	**7.427**
Despesas permanentes não dedutíveis		(441)		(441)
Despesas temporárias não dedutíveis	1.183		1.183	
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido		2.177		2.177
Resultado de equivalência patrimonial	(10.260)	(2.785)	(10.260)	(2.785)
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido			(9.653)	(9.531)
Encargo fiscal			**(3.292)**	**(3.153)**
Corrente			(4.497)	(4.292)
Diferido			1.205	1.139
Despesa de IRPJ e CSLL			**(3.292)**	**(3.153)**

30. Compromissos:

	Consolidado			
	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamento de terrenos (i)	42.120	82.316	2.177	126.613
Contrato de manutenção GE (ii)	55.917	102.826	12.072	170.815
Contrato de transmissão (iii)	110.617	216.366	5.544	332.527
Comissão fee (iv)	10.379	14.416	5.343	30.138
	219.033	**415.924**	**25.136**	**660.093**

i) Arrendamento de terrenos: Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos. Os arrendamentos contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a receita de geração de energia. Tais condições são específicas do setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de geração de energia são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **ii) Contrato de Manutenção GE:** Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor das máquinas e equipamentos de cada parque eólico para manutenção. **iii) Contrato de transmissão:** São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico. **iv) Comissão *fee*:** Conforme prática comum a instrumentos de *project finance*, além das garantias reais exigidas ao cumprimento do financiamento como um todo, consta a necessidade de carta fiança fornecida por instituições financeiras de primeira linha para garantia de 25% do saldo total da dívida existente junto ao BNDES, e extensível aos debenturistas, para o exercício em que a dívida estiver vigente e o projeto não tenha atingido alguns *covenants* preestabelecidos para atendimento da conclusão financeira do projeto. Cabe, portanto, a Companhia pagar às instituições financeiras, a título do serviço de prestação de garantias fidejussórias, o *fee* equivalente a comissão de fiança pelo tempo em que vigorar as respectivas cartas fianças. **31. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía cobertura de seguro patrimonial no montante de R$ 717.983, de lucros cessantes no montante de R$ 106.528 (coberturas compartilhadas com as demais empresas controladas pela Chapada do Piauí Holding I Holding S.A). O seguro de responsabilidade civil no montante de R$ 50.000 é compartilhado com as demais empresas controladas pela Contour Global do Brasil Holding Ltda. e Contour Global do Brasil Participações S.A.. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

Diretor: **Fernando Chagas** Contador: **Edson Sá** - CRC 1SP263284-O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Chapada do Piauí I Holding S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Chapada do Piauí I Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Chapada do Piauí I Holding S.A. e da Chapada do Piauí I Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria:

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA: Reconhecimento da receita e constituição de provisão de ressarcimento decorrente do Contrato de Energia de Reserva (CER): Conforme descrito nas Notas 1 e 24, a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Energia de Reserva (CER). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), bem como ressarcir anualmente e quadrienalmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada. Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, referem-se ao reconhecimento de receita fora de período de competência e premissas críticas para estimar essas receitas e as provisões para ressarcimento, na medida em que envolve: (a) determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada e (b) atribuir valor da provisão de ressarcimento da energia não entregue anualmente e quatrienalmente conforme estipulado em contrato. **Monitoramento dos índices de covenants:** Conforme descrito na Nota 20, a Companhia mantém contratos de dívida com cláusulas restritivas (covenants) com BNDES e com debenturistas. Caso a Companhia não consiga cumprir com as cláusulas restritivas de seus contratos, tais operações poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia motivar uma reclassificação desses passivos não circulantes para circulantes. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras e pelo fato do descumprimento dos índices exigir a obtenção de waivers para suspensão de exigibilidade previamente a data-base de encerramento das demonstrações financeiras. Adicionalmente, conforme descrito na Nota 20 a Companhia não atingiu os índices descritos nas cláusulas restritivas (covenants). Dessa forma: (i) o BNDES concedeu waiver que suspende a exigibilidade da dívida no curto prazo; (ii) considerando que não foi possível determinar se será decretado o vencimento antecipado das debêntures, por não comparecimento dos debenturistas na Assembleia, a Companhia manteve a dívida das debêntures no montante de R$ 106.172 mil, no curto prazo. **Gerenciamento de capital - risco de liquidez a curto prazo:** Conforme Nota 1.3, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R$ 153.408 mil, no consolidado e R$ 27.651 mil, na controladora. A administração da Companhia possui expectativa, baseada em suas projeções de resultados e fluxos de caixa futuros para os próximos doze meses a partir da data do balanço, de auferir lucros operacionais e de gerar liquidez, a qual considera que será suficiente para a reversão da atual situação de capital circulante líquido negativo a curto prazo. Essas projeções consideram determinadas premissas que são sensíveis às condições do cenário econômico e ambiental e, portanto, fora do controle da Companhia, como por exemplo, oscilações das taxas de juros e as condições climatológicas (geração de vento). Considerando que a utilização de diferentes premissas e julgamentos poderiam ocasionar em diferentes resultados e fluxos de caixa futuros, determinamos esse assunto como significativo em nossa auditoria. Adicionalmente, a Companhia conta com o suporte financeiro do seu acionista controlador para honrar os seus compromissos de curto e longo prazo. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de uma combinação de testes de controles internos e procedimentos substantivos de auditoria, a saber: (i) entendimento dos controles internos relevantes; (ii) análise de transações de receitas por meio da comparação entre a energia entregue e a energia contratada. CER; (iii) confirmações externas com base nos relatórios mensais da CCEE; (iv) reconciliação da receita anual por meio da obtenção de relatórios externos disponibilizados pela CCEE com a informação da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos de Chapada I; (v) análise do cálculo da provisão de ressarcimento considerando os critérios e premissas previstos no contrato. Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o reconhecimento da receita e de provisão de ressarcimento adotadas pela Companhia atendem à norma de reconhecimento de receita e de provisões, respectivamente, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, são apropriados em todos os aspectos relevantes. As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de procedimentos substantivos de auditoria, a saber: (i) leitura crítica dos contratos de endividamento visando entender as cláusulas existentes; (ii) obtenção dos controles da administração sobre o cumprimento das cláusulas pactuadas (covenants); (iii) teste do cálculo dos indicadores-chave financeiros previstos nas cláusulas de Covenants, com base nas referidas demonstrações contábeis; considerando análise e interpretação dos seus componentes financeiros; (iv) exame da movimentação de pagamentos e entradas de novos empréstimos durante o exercício; (v) recálculo dos juros e encargos financeiros e confronto com os livros contábeis; (vi) verificação da apropriada classificação entre passivo circulante e não circulante; (vii) confirmação, através do envio de cartas de circularização à instituições financeiras, dos saldos em aberto, cláusulas contratuais, taxa de juros entre outras informações. (viii) obtenção, leitura e análise do waiver obtido pela Companhia. Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) Realizamos o entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação das projeções de fluxo de caixa, bem como revisamos a coerência das principais premissas utilizadas pela Compahia na elaboração do fluxo de caixa. (iii) Analisamos os eventos subsequentes até a data de emissão deste relatório. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 08 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5
Lia Marcela Rusinque Fonseca - Contadora CRC 1SP291166/O-4

DocuSigned by:
Márcio de Holanda
Assinado por: MARCIO ANTONIO LOPES DA COSTA:95190953815
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 07/04/2022 | 19:51:04 PDT
ICP Brasil
F30028BECACE477A80F4162020591B34

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA: A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link https://diariodenoticias.com.br/index.php/pt/newspaper